

MÍDIA E LÍNGUA PORTUGUESA: CONTATOS E CONFLITOS COM OS ESTUDOS SOCIOLINGUÍSTICOS

JESSILÉIA GUIMARÃES EIRÓ

**Mestre em Letras: Linguística e Teoria Literária (UFPA)
Docente no Departamento de Língua e Literatura (UEPA – Belém/PA)**

RAIMUNDO SILVA NETO

Especialista em Estudos Linguísticos e Análise Literária (UEPA – Belém/PA)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo explicitar a tensão entre a mídia e os estudos sociolinguísticos no que se refere à concepção de língua e ensino de português. Por meio de revisão bibliográfica, apresenta estudos que anunciam posicionamentos preconceituosos por parte da grande mídia quando se trata do uso da língua portuguesa. Levanta questionamentos sobre os profissionais que estão autorizados e os que têm competência para tratar do ensino de língua materna. Faz apontamentos acerca da influência exercida pelos meios de comunicação, bem como os profissionais da mídia impressa, eletrônica e mídia televisiva e suas implicações para a produção de um discurso sobre concepção de língua e ensino de português. Conclui que a mídia, de maneira geral, não reconhece a diversidade linguística, apresenta discussões superficiais, com baixo teor científico, linha editorial diversificada sobre o que se deve ensinar em língua portuguesa e/ ou o que seria um uso correto da língua e defende um padrão único de uso linguístico.

Palavras-chave: Mídia. Língua Portuguesa. Linguística.

INTRODUÇÃO

Muito se tem pesquisado sobre o ensino de língua portuguesa enquanto língua materna e tem-se constatado que há o predomínio do ensino de gramática normativa, conforme atestam Antunes (2003), Bagno (2001), Geraldi (1984), Possenti (2003). Tais pesquisas têm concluído que esse tipo de ensino não tem contribuído de forma eficaz para a formação (social) do aluno e que, mais do que isso, promove o preconceito e a exclusão de determinados segmentos da sociedade, uma vez que discrimina determinados comportamentos linguísticos considerados como uso marginal da língua por não corresponderem à variedade padrão.

A grande mídia tem cooperado com a promoção do preconceito ao se posicionar sobre questões linguísticas, bem como sobre questões de aprendizagem, defendendo veementemente uma abordagem tradicional e normativa do uso da língua portuguesa.

Assim, este artigo tem como objetivo apresentar as relações de contato e/ou conflitos entre os estudiosos da linguagem – os linguistas – e o discurso da grande mídia sobre o uso da língua portuguesa e de que forma e em que medida tal discurso tem influenciado o seu ensino, na sua abordagem enquanto língua materna.

INICIANDO A DISCUSSÃO

Não se deve pensar que aqui se inaugura um trabalho envolvendo o diálogo, às vezes, pouco amistoso entre a mídia e os estudiosos da língua. Esta pesquisa está fundamentada em teóricos os quais já tratam do assunto, a saber, Bagno (2001), Guimarães (2006), Lauton (2012), Moraes (2004), Scherre (2005), Weber (2010), dentre outros. Sendo assim, fica clara a existência de um amplo debate acerca do discurso da mídia no que se refere à língua(gem), seus modos de uso e seu ensino.

Não se pretende fazer aqui críticas desmedidas a respeito das instâncias midiáticas. Contudo, vale lembrar que não é possível pensar um fazer acadêmico destituído de refutação de ideias, de debate (e até embate) de proposições. Nesse sentido, pretende-se fazer considerações sobre algumas questões que há muito se anunciam.

Desse modo, concorda-se com a posição de Scherre (2005), que reconhece a indubitável importância da mídia na construção de uma sociedade democrática. No entanto, em matéria de linguagem,

A mídia impressa não tem respeitado parte do código de ética dos jornalistas brasileiros que diz, em seu artigo 7º, que ‘O compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação’ (SCHERRE, 2005, p. 14).

O jornalismo é uma área do conhecimento que exerce, dentre outras, a função de publicar informações/notícias de diversas áreas do conhecimento, materiais de natureza variada. Isso pode ser constatado pela existência da mídia especializada que veicula matérias de diversas áreas, sendo essas divididas por conteúdo temático, a saber, política, economia, saúde, entretenimento, meio ambiente, moda, comportamento, entre outras.

Dentre esses diversos temas, está o campo de estudo da linguagem, no qual, de maneira geral, os autores dessas matérias fazem a defesa de um suposto *bom uso* do português, partindo de pressupostos estéticos. Sendo assim, Scherre (2005) revela que a mídia defende a ideia de haver uma língua estruturalmente mais certa do que outra, que há dialetos mais *corretos* que outros.

Fica evidente que um posicionamento divergente, em defesa de uma língua viva (defendido pela linguística contemporânea), estaria por vir à tona. As críticas dos linguistas recaem sobre uma concepção de língua que exclui aqueles que estão à margem da sociedade, a partir de uma prática sutil de preconceito, o preconceito linguístico, prática essa segregadora, promotora da exclusão social por meio da língua, a qual, em nome do *bom português*, ironiza e/ou ridiculariza usos que fogem à norma considerada padrão.

Scherre (2005) traz alguns exemplos desse tipo de preconceito estampado em alguns jornais brasileiros. A publicação do jornal *Correio Braziliense*, de 1995, em uma matéria intitulada *A última do português*, foi, na opinião da autora, preconceituosa com a chamada *Uma seção de olhos nos atentados ao idioma*. Essa matéria faz críticas ao uso da língua portuguesa por autoridades brasileiras. Vale lembrar que o ex-presidente Lula, personalidade de grande influência no cenário nacional, foi bastante criticado pela mídia, durante seu mandato, por utilizar variedades não prestigiadas da língua, pelo fato de nem sempre usar a norma padrão ou por simplesmente se apropriar de uma postura linguisticamente mais informal.

Nota-se, então, excessiva cobrança por parte da mídia pelo uso de uma única variedade da língua, sem lançar mão de uma reflexão sobre a natureza dos usos marginalizados. Ademais, ela ataca de maneira veemente os que defendem usos considerados *errados* pela gramática tradicional, a de cunho normativo, prescritivo.

Em 25 de janeiro de 2011, na edição de nº 2218 (“Preconceito contra a Educação”), na seção do editorial, há uma espécie de ataque direto aos postulados da Sociolinguística, ao

afirmar que “a discussão arcana sobre ‘falar popular’ ocupa um escaninho secundário na sociolinguística e seria um enorme favor aos brasileiros que estudam e trabalham se nunca tivesse deixado seu porão acadêmico” (VEJA, 2011, edição nº 2218, p. 10).

A revista *Veja* frequentemente veicula matérias em que se discute a gramática e o seu ensino e, vez ou outra, convoca gramáticos para emitirem opiniões sobre questões que envolvam a língua portuguesa. Na edição de nº 2050 (VEJA, 2008, p.114), a revista enaltece a figura do gramático Evanildo Bechara em detrimento da figura do linguista Marcos Bagno:

Autores vinculados a essa vertente (a Sociolinguística), é claro, têm suas restrições a Bechara – mas o respeitam. Em um artigo divulgado em um congresso profissional, o linguista Marcos Bagno, da Universidade de Brasília, autor de “Preconceito linguístico”, considera que a filiação de Bechara à Academia por si só já demonstraria sua vinculação a “um ideário conservador e elitista” – mas Bagno também diz que Bechara é o mais importante gramático brasileiro vivo. Na segunda parte, está certo (VEJA, 2008, edição nº 2050, p.114, grifos do autor).

Os exemplos desse tipo de discurso não cessam por aqui. O que geralmente se percebe nas matérias de jornais e revistas são posicionamentos prescritivistas, em defesa de uma língua nacional *bem falada* e na ideia de que a maioria dos brasileiros não sabe falar sua língua materna (sua própria língua!) no momento em que se distanciam das variantes de prestígio.

É importante elucidar algumas questões, de modo a garantir a veracidade dos fatos. Guimarães (2006) pesquisou reportagens da Revista *Veja*, no período entre 1997 a 2002, e encontrou 13 matérias com a temática *Língua Portuguesa*. Nessas, constatou que posturas definidas pelos gramáticos e por linguistas eram veiculadas, sendo dado a eles o mesmo direito de opinião, de maneira proporcional.

Nas reportagens, percebeu-se uma oscilação entre as concepções de língua/linguagem adotadas nas treze matérias, o que permitiu afirmar que o corpo editorial não tem uma postura objetiva sobre os fenômenos da linguagem e nem mesmo jornalistas especialistas para tratar do tema.

Pode-se imaginar equivocadamente que a opinião dos linguistas é calada ou não consultada pela Revista Veja, quando, na verdade, não o é. O que ocorre é que o linguista é citado como *o professor de português*, ou como *professor universitário*, ou simplesmente como *o Professor*. De modo que a opinião do linguista não é apagada, mas a sua figura enquanto especialista na área, sim (WEBER, 2010). Nesse sentido, há observações a se fazer sobre os sujeitos competentes e autorizados a falar sobre os fenômenos linguísticos, enquanto objeto de estudo científico.

Weber (2010) lança uma pergunta e se debruça em busca de algumas respostas. Levanta a problemática sobre quem seriam os sujeitos produtores de conhecimento sobre a língua no espaço midiático e quem os teria legitimidade para falar sobre o assunto nos meios de comunicação. Assim, sinaliza algumas respostas, a saber:

No caso do dicionário, são chamados a compor a cena enunciativa sujeitos com diferentes especializações e não necessariamente vinculados à produção de conhecimento linguístico, como uma *especialista em livros didáticos*, um *cantor, compositor e articulista*, um *poeta, filólogo e o primeiro secretário da ABL*, um *escritor e jornalista e autor do best seller intitulado “O Pai dos Burros”* e uma *escritora e autora de programas de televisão* (WEBER, 2010, p. 6, grifos do autor)

Outro ponto a se destacar corresponde ao fato de que, segundo Bagno (2001), a mídia escrita tem sido a grande, se não a maior, influência de um padrão uniformizador da língua culta urbana escrita. De modo que atualmente quem dita as normas da língua são os veículos midiáticos e não mais os textos literários. Sendo assim, é preciso, preliminarmente, levantar uma questão sobre a produção midiática na sociedade contemporânea.

LÍNGUA PORTUGUESA E CIRCULAÇÃO DA PRODUÇÃO MIDIÁTICA

Canclini (1997) afirma que a participação das pessoas na vida pública está acontecendo de maneira peculiar e por fatores típicos das sociedades mais urbanizadas. A violência, a velocidade do tempo, o desemprego são fatores que produziram um processo de domesticação do cidadão e de um deslocamento quanto a sua atuação no espaço público. O

rádio, a televisão e o computador seriam então os principais agentes de mediação entre o espaço privado e a esfera pública, transmitindo informação e entretenimento em domicílio.

Nota-se, então, um forte papel da mídia e um aumento significativo de seu espaço na vida social. O processo de urbanização, típico das sociedades industriais, fez com que as pessoas passassem mais tempo no espaço doméstico. Sendo assim, a participação das pessoas na cena pública se daria, sobretudo, por intermédio das instâncias midiáticas. Dessa forma,

As informações sobre as peripécias sociais são recebidas em casa, comentadas em família ou com amigos próximos. Quase toda a sociabilidade e a reflexão sobre ela concentram-se em intercâmbios íntimos. Como a informação sobre os aumentos de preços, o que fez o governante e até sobre os acidentes do dia anterior em nossa própria cidade nos chegam pela mídia, esta se torna a constituinte dominante do sentido "público" da cidade (CANCLINI, 1997, pp. 23).

De fato, tudo o que acontece no mundo circula de forma, por assim dizer, democrática, uma vez que o acesso às informações tem aumentado, se não pela mídia escrita, certamente por intermédio da televisão e, em alguns casos, do rádio. Os fatos adentram, como notícia, a casa das pessoas e aqueles que os propagam constituem-se em formadores de opinião, estabelecendo padrões de comportamento, inclusive o linguístico. E tudo isso num espaço de tempo mínimo, em contraste com o longo tempo despendido na formação escolar.

Vale ressaltar que, em se tratando de língua portuguesa, mais especificamente do seu ensino, e a influência da produção midiática em circulação, o processo de ensino da língua materna, além de mais longo, como já referido acima, é, muitas vezes, de menor influência pelos motivos supracitados.

Isso aponta para o fato de que o espaço público é, portanto, recortado pelas instâncias midiáticas e levado para o espaço privado em formato de acontecimento. Tais acontecimentos viram notícia e acabam ganhando *status* de verdade. Essa constatação torna-se válida se for considerado que a mídia seja mais influente do que os espaços escolares e os acadêmicos, principais agências de conhecimento e se for considerado ainda que mesmo a escola e a universidade juntas, nem de longe, poderiam exercer tanta influência quanto a televisão, jornais e revistas.

A mídia (re)constrói um modelo de *bem falar* a ser seguido e estabelece sua concepção de língua(gem). Exemplo disso são as inúmeras matérias tratando do modo *abusivo* com que os falantes *não cultos* - leia-se falantes pertencentes às camadas menos privilegiadas economicamente - fazem uso da língua, em contraste com o que afirmam ser o uso correto do português. E isso sem que nenhum especialista da área, a saber da Linguística, seja sequer consultado. É dessa maneira que toma para si a prerrogativa de ditar as normas da língua portuguesa. Esse processo será desenvolvido a seguir.

É digno de nota que não se quer aqui menosprezar a importância da mídia na vida social, pelo contrário, defende-se o direito de acesso irrestrito e indiscriminado às informações. A intenção é mostrar que a forma como a mídia tem tratado o uso da língua portuguesa não contribui para uma melhor formação dos falantes, pelo contrário, tem sido um desserviço à população.

LÍNGUA PORTUGUESA E JORNALISMO

A partir da linguística moderna do século XX, outros enfoques foram dados aos estudos da linguagem. A língua falada foi explorada pela Sociolinguística e passou a ser objeto principal dos novos estudos. Práticas sociais de letramento, que não o literário, foram valorizadas. Essas transformações de pensamentos talvez tenham reduzido a força prescritiva que o texto literário possuía até o início do século XX. Dessa forma,

os textos jornalísticos, abandonando a pretensão de serem “literários”, se transformaram numa interessante fonte para o conhecimento da língua escrita no Brasil, mais especificamente do português brasileiro urbano culto escrito. Isso explica por que hoje em dia muitas pesquisas linguísticas, quando querem usar como material de análise uma língua escrita mais geral, menos específica, recorrem à mídia impressa como fonte para a coleta de um corpus a ser analisado (BAGNO, 2001, p. 1).

Nesse sentido, há um silenciamento de formas linguísticas que apontem para aspectos culturais de cada região, uma neutralização. Esses apagamentos de marca regional, Bagno (2001) atribui aos manuais de redação elaborados por empresas que produzem material jornalístico. Esses manuais defendem o uso *correto* da língua, modelo válido para todos os

brasileiros, em termos de consulta. Os manuais são solicitados pelos jornalistas e indicados tanto para eles quanto para pessoas que exercem função em outras áreas do conhecimento.

Essas discussões apontam para uma forte tendência, por parte da grande mídia, na defesa de um suposto *bom uso* do português, em detrimento de uma língua realmente usada, na qual se possa notar usos não abarcados pelas gramáticas normativas, mas que estão vivos na fala das camadas populares, na fala (e inclusive na escrita) das pessoas mais escolarizadas e até mesmo em textos de jornalistas.

É notório que a concepção de variação e/ou mudança na língua, de maneira geral, não é reconhecida em matérias jornalísticas. Guimarães (2006) aponta algumas limitações impostas aos profissionais do jornalismo, que poderiam explicar alguns posicionamentos da mídia com relação às publicações sobre língua e gramática normativa.

Dentre essas limitações, está a fragmentação da informação, na medida em que o espaço de discussão das matérias obedece a um número limitado e reduzido de páginas, sendo assim, acaba-se evitando maior discussão e desenvolvimento das ideias. Muitas vezes, é feita a opção por uma visão panorâmica de um fenômeno que resulta em uma espécie de colcha de retalhos, cheia de informações, mas sem a profundidade que o tema poderia merecer. Assim, Guimarães (2006, p. 3) aponta três limitações no exercício do jornalismo:

A primeira limitação seria a pauta elaborada em fundo do que vem sendo publicado nos jornais, em uma espécie de autoalimentação, e este seria o resultado de tal prática: ‘Em consequência, a pauta reflete apenas parcialmente o que estão acontecendo ou quais assuntos preocupam, efetivamente, o público geral; ela acaba refletindo muito mais o que os jornais estão publicando e a televisão está mostrando’. A segunda limitação apontada seria a de que a pauta refletiria apenas a idealização das pessoas que trabalham nas redações e “não daquelas que estão em contato direto com os fatos ou as pessoas geradoras das notícias”. E a terceira seria a de que a pauta determina o trabalho e cerceia a liberdade do jornalista na elaboração de sua matéria ao ser discutida por um grupo reduzido de profissionais, em círculo fechado (GUIMARÃES, 2006, p. 3).

Destaca-se aqui outra possível limitação do campo jornalístico no que se refere a sua concepção de língua(gem). Moraes (2004) lança uma proposta em torno de um maior diálogo entre o jornalismo e a linguística. Propõe, em busca de um jornalismo de melhor qualidade, um maior conhecimento, por parte dos jornalistas, do complexo funcionamento da linguagem

humana sem ter que apenas recorrer a seus usos técnicos das redações dos jornais. Sendo assim, esta discussão passaria pelo ensino de Linguística/Língua Portuguesa no curso de Comunicação/Jornalismo.

Ficam, então, registrados neste artigo apontamentos sobre o que entende a mídia sobre a língua portuguesa, o que estudiosos da língua alegam a respeito do tratamento dado pela mídia à língua portuguesa. Dessa feita, buscou-se evidenciar a problemática em torno de posturas antagônicas entre a mídia e os linguistas no que se refere à concepção de linguagem, bem como concepção de ensino de língua portuguesa enquanto língua materna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reitera-se a importância de que para a diminuição de preconceitos – manifestações valorativas antecipadas de algo que não se conhece a contento –, é necessário que se busque o conhecimento em fontes que estejam respaldadas a tratar das questões.

Ditar normas gramaticais de língua portuguesa, em um momento quando as escolas estão abraçando as camadas populares da sociedade, torna-se uma problemática – já reconhecida pelos sociolinguistas. A não utilização da gramática normativa na sala de aula pode ser considerada uma irresponsabilidade, na medida em que essa ainda exerce influência principalmente nos textos de grande circulação (jornais e revistas) e em textos de caráter mais especializados (os artigos científicos, por exemplo). No entanto, negar ou esconder o fato de que todo sistema linguístico varia e muda, defendendo que há apenas uma maneira *correta* e *bonita* de usar a língua portuguesa, também se torna uma irresponsabilidade, pois se corre o risco de discriminação pela linguagem.

A mídia, de modo geral, não tem reconhecido de maneira enfática e veemente estudos que comprovam que *norma padrão* da língua é um termo problemático, destituído de base científica. A mídia que toma para si o papel de informar e denunciar e que se diz estar do lado da sociedade ainda não tem feito a discussão da inclusão pela língua. Ainda não reconheceu que, além de preconceito racial, sexual, religioso, étnico, há o linguístico e esse também deve ser combatido.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação.** São Paulo: Parábola, 2003.

BAGNO, M. **A dupla personalidade linguística da mídia impressa: discurso prescritivista X prática não normativa.** Seminário “mídia, educação e leitura, nº13 Congresso de Leitura do Brasil–COLE.Campinas, julho de 2001. Disponível em: http://www.marcosbagnos.com.br/conteúdo/arquivos/art_dupla_personalidade_mídia.htm. Acesso em: 01 de junho de 2012.

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz.** 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.** Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997. p.283-350: Culturas híbridas, poderes oblíquos.

GERALDI, J. W. Concepções de linguagem e ensino de Português. In: GERALDI, J.W. (org.) **O texto na sala de aula.** Leitura & Produção. 2.ed. Cascavel, ASSOESTE, 1984.

GUIMARÃES, T. B. Revista **Veja e suas concepções de língua e ensino.** Revista Espaço Acadêmico. Londrina, 2006, nº 62, Mensal, ISSN 1519.6186. Disponível em: <http://www.espacoacademico.com.br/062/62guimaraes.htm>. Acesso em: 22 de junho de 2012.

LAUNTON, A. R. **O discurso da Folha de São Paulo sobre os conteúdos curriculares de língua portuguesa.** São Paulo, março de 2012.

MORAES, E. **Jornalismo e linguística: uma proposta de intercomunicação.** II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho. Florianópolis, abril de 2004.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 2003.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação linguística, mídia e preconceito.** São Paulo: Parábola, 2005.

WEBER, A. F. **A circulação da ciência da linguagem no jornalismo científico.** Seminário Internacional de Texto, Enunciação e discurso. Porto Alegre, setembro de 2010. Disponível em: <http://ebooks.pucrs.br/edipucrs/anais/sited/arquivos/AndreaFWeber.pdf>. Acesso em: 16 de junho de 2012.

ABSTRACT

This work aims at explaining the tension between the media and linguistic studies regarding the conception of language and Portuguese teaching. Through bibliographic reviews, this paper introduces studies which announce prejudiced statements by the great media when it concerns the use of Portuguese. Moreover, it sets up questions about the professionals that are authorized and those who have competence to deal with native language teaching. Also, it detects the influence media has and its implications to the production of a speech about the conception of language and Portuguese teaching. To conclude, the work realizes that media, generally, does not recognize linguistic diversity, defending a single pattern of using Portuguese.

Keywords: Media. Portuguese. Linguistics.

Envio: Março/2014
Aprovado para publicação: Abril/2014